

REFLEXIVIDADE SOBRE AÇÕES MORAIS EM ADULTOS: UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO-SEMIÓTICO

Reflexivity about moral actions in adults: a semiotic phenomenological study

Reflexividad sobre acciones morales en adultos: un estudio fenomenológico-semiótico

LUANA VIANEZ MOREIRA
MARIANE LIMA DE SOUZA

Resumo: Os fenômenos da reflexividade consciente e da moralidade são atributos exclusivos da espécie humana, com fortes indícios de indissociabilidade e de sincronia em sua história evolutiva. Com o objetivo de compreender a relação entre reflexividade e ações morais, realizou-se um estudo qualitativo, conforme os critérios da fenomenologia-semiótica, com base em entrevistas estruturadas anônimas realizadas pela internet. Participaram 363 adultos, com faixa etária entre 21 e 28 anos (35%) e 28 e 35 anos (27%), sendo 63% do sexo feminino. Os resultados revelaram um contexto temático estruturado em 18 temas e um contexto problemático composto pelos aspectos: processos de mediação e modulação das ações morais; caracterização da agência (pessoal e interna ou normativa e externa); dilemas entre padrões pessoais e sociais de ação (dissonância cognitiva); sentidos pessoais atribuídos ao agir moral (níveis deontológicos da opinião, compreendidos entre o nível ontológico e o nível estilístico). Conclui-se que a reflexividade pode exercer influência sobre as ações morais, embora nem sempre seja suficiente para motivá-las, e que uma ação intencional praticada pode exercer influência não apenas sobre a reflexividade, mas sobre o próprio self, principalmente se esta possuir conteúdo moral (ou transgressor).

Palavras-chave: Reflexividade; Percepção Consciente; Julgamento Moral; Fenomenologia Semiótica.

Abstract: The phenomena of conscious reflexivity and morality are attributes unique to the human species, with strong evidence of inseparability and synchrony in their evolutionary history. In order to understand the relationship between reflexivity and moral actions, a qualitative study was carried out, according to the criteria of phenomenology-semiotics, based on anonymous structured interviews conducted on the internet. A total of 363 adults, aged between 21 and 28 years (35%) and 28 and 35 years (27%), 63% were female. The results revealed a thematic context structured in 18 themes and a problematic context composed of the following aspects: processes of mediation and modulation of moral actions; characterization of the agency (personal and internal or normative and external); quandary between personal and social patterns of action (cognitive dissonance); personal senses attributed to moral action (deontological levels of opinion, understood between the ontological level and the stylistic level). It is concluded that reflexivity can exert an influence on moral actions, although not always enough to motivate them, and that an intentional action practiced can exert influence not only on reflexivity, but on the self, especially if it has content moral (or transgressor).

Keywords: Reflexivity; Conscious Perception; Moral Judgment; Semiotic Phenomenology.

Resumen: Los fenómenos de la reflexividad consciente y de la moralidad son atributos exclusivos de la especie humana, con fuertes indicios de indisociación y de sincronía en su historia evolutiva. Con el objetivo de comprender la relación entre reflexividad y acciones morales, se realizó un estudio cualitativo, conforme a los criterios de la fenomenología-semiótica, con base en entrevistas estructuradas anónimas realizadas por internet. Los resultados revelaron un contexto temático estructurado en 18 temas y un contexto problemático compuesto por los aspectos: procesos de mediación y modulación de las acciones morales; caracterización de la agencia (personal e interna o normativa y externa); dilemas entre patrones personales y sociales de acción (disonancia cognitiva); los sentidos personales atribuidos al actuar moral (niveles deontológicos de la opinión, comprendidos entre el nivel ontológico y el nivel estilístico). Se concluye que la reflexividad puede ejercer influencia sobre las acciones morales, aunque no siempre es suficiente para motivarlas, y que una acción intencional practicada puede ejercer influencia no sólo sobre la reflexividad, sino sobre el propio self, principalmente si ésta posee contenido (o transgresor).

Palabras clave: Reflexividad; Percepción Consciente; Juicio Moral; Fenomenología Semiótica.

Introdução

A atividade humana de monitorar as próprias atividades como sentimentos, pensamentos e comportamentos depende de uma função psicológica central denominada consciência reflexiva (VandenBos, 2010). Essa capacidade de gerar sentido para aquilo que se experiencia é um objeto de estudo complexo, que voltou a ser um tema central em psicologia (DaSilveira, DeSouza & Gomes, 2015).

A experiência de si mesmo tem, na base de seu desenvolvimento, a capacidade de se diferenciar do outro, tornando possível a existência de um senso de agência sobre as próprias experiências (Rochat, 2013). Esse sistema de auto-atribuição confere ao ser humano uma perspectiva de primeira pessoa sobre a consciência do espaço, do ambiente, das emoções e da memória (Webber, 2011). De fato, de uma perspectiva da psicologia fenomenológica (Janzen, DeCastro & Gomes, 2013), a consciência é vista como uma função in-

tegradora de um sentido de si mesmo, que resulta na capacidade ou habilidade de julgar, de forma simultânea, sujeito e objeto ou consciência e experiência. É a partir dessa relação de reciprocidade entre consciência e experiência, que se torna possível a experiência da própria consciência, denominada autoconsciência: uma descoberta reflexiva a partir da experiência de ter um corpo que percebe e se expressa (Lanigan, 2013).

A consciência reflexiva ou reflexividade é, portanto, um atributo central ao *self*, e representa, assim como o senso moral, um marco evolutivo da sofisticada cognição social humana (Rochat, 2013). É possível que exista, inclusive, uma sincronia entre o surgimento da consciência de si e o desenvolvimento de um senso do que é ou não justo, no universo de trocas sociais (Rochat, 2013).

Embora estudos da psicologia social (Haidt, 2013; Graham et al., 2011) entendam que a cultura é a maior responsável na transmissão de valores ou preocupações morais compartilhados sob a forma de intuições automáticas, a reflexividade constitui um importante pilar para um funcionamento moral maduro, o qual deve integrar emoção, intuição e razão (Narvaez, 2010).

Mesmo que grande parte do processamento de informação social aconteça de forma automática, rápida e implícita (Adolphs, 2010), e que o processamento consciente seja quase sempre facultativo e posterior, geralmente utilizado para justificar a ação, as interações sociais têm muito a se beneficiar quando esse processamento se dá de forma consciente. Processos de mediação regulatórios e conscientes aumentam as possibilidades ou os repertórios de ação numa dada situação, além de auxiliar na tarefa de comunicar pensamentos e manter uma reputação perante si e perante os outros (Frith & Frith, 2007).

Não menos importante é o papel que a experiência emocional desempenha no julgamento ético (Thagard & Aubie, 2008), em que a valência das emoções (que podem ser negativas ou positivas) permite ao agente inferir o quanto está conseguindo cumprir seus objetivos no meio social, podendo a quebra na satisfação desses objetivos gerar sentimentos de vergonha e culpa.

Ainda sobre a relação entre reflexividade e moralidade, Strohminger e Nichols (2014), por meio de uma investigação sobre a relação entre o *self* e diversas faculdades mentais, sugeriram que os traços morais, ou seja, a forma com que o indivíduo monitora os padrões sociais adequados para si, estão no cerne da ideia de continuidade na identidade pessoal. Os estudos realizados com o objetivo de encontrar as partes da mente mais centrais para a identidade pessoal concluíram que o *self* não é tanto a soma de faculdades cognitivas quanto uma expressão da sensibilidade moral. Ou seja, a cada qual é dado julgar aquilo que é certo ou errado para si, de acordo com essa sensibilidade moral, singular a cada um.

Em suma, conforme Gallagher (2007), o envolvimento em uma situação social e a capacidade de autoconsciência e são as condições necessárias para que uma pessoa seja responsável por suas ações e, portanto, um agente moral. Sendo assim, uma ação moral pode ser entendida como uma ação intencional

(e, portanto, consciente) de um agente, capaz de afetar o bem-estar de outros, estejam estes próximos ou distantes (Narvaez, 2010).

O entendimento do *self* como a expressão da sensibilidade moral de cada um (Strohminger & Nichols, 2014) encontra um paralelo interessante no modelo deontológico de Cătineanu (2013) sobre a respeitabilidade de uma opinião. Para antever a respeitabilidade de uma opinião, Cătineanu (2013) formulou uma matriz de sete níveis como um método para analisar a estrutura enunciativa sob diferentes perspectivas. O primeiro nível, ontológico, avalia se a opinião é uma possibilidade ou uma simples utopia. O segundo, nível lógico ou epistêmico, apresenta a necessidade da combinação de dois componentes, um cognitivo, que indica a veracidade do enunciado, e um componente avaliativo, que indica um estado mental arbitrário em relação ao enunciado. Em sequência, o nível axiológico indica que uma opinião precisa ser livre, ou não constrangida, mas também precisa ser responsável, do contrário qualquer um poderia dizer qualquer coisa, a partir de qualquer lugar. O nível psicológico, por sua vez, avalia se a opinião é a expressão de uma convicção, autêntica e sincera e, portanto, coerente com o *self*; ou se é apenas uma expressão do ego e, portanto, simulação, hipocrisia, um mecanismo de manipulação. Neste nível, o orador pode se utilizar do senso comum para fazer afirmações duvidosas, ou mesmo falsas, entretanto eficientes. O quinto nível, praxiológico, avalia se a opinião se baseia numa solução prática para um interesse pontual, ou se se trata apenas de uma fantasia. Assim, se a opinião é errada ou incorreta, a ação e suas consequências serão falhas. No sexto nível, sociológico, a opinião deve ter transparência, e correlacionar as relações de interesses entre indivíduos ou entre indivíduos e grupos, sob a pena de divergências, conflitos e mal-entendidos. Nesse nível, a opinião pode gerar tanto entendimento quanto polarização. No sétimo nível, o nível estilístico, avalia-se a clareza, concisão e coerência, destacando que o estilo é único e irrepetível, e também é reconhecível em todas as suas expressões. A relação entre todos esses níveis denota aquilo que é inerente a cada um, aquilo que caracteriza uma pessoa de forma singular, de acordo com Cătineanu (2013). Em conjunto, acredita-se que uma análise de tais níveis consiga revelar a sensibilidade moral do enunciado de uma pessoa.

Dessa forma, estando o problema da pesquisa situado na interseção entre reflexividade e moralidade, fenômenos de inequívoca relevância para compreender o funcionamento psicológico humano, o objetivo deste artigo foi descrever a relação entre reflexividade e ações morais, tendo em vistas revelar o que é o fenômeno da reflexividade moral e de que forma ele se relaciona com as ações. Ao investigar o que se pensa a respeito das ações morais e qual relação se acredita existir entre o que se pensa e a forma como se age, pretendeu-se lançar luz sobre a semiologia moral, bem como contribuir para a compreensão da relação existente entre reflexividade e ações morais cotidianas.

Método

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, seguindo os critérios de análise da fenomenológico-semiótica (Gomes, 2007). A tradição fenomenológica de estudo da consciência apoia-se na semiótica como ciência objetiva dos sistemas de significação (Lanigan, 2013).

Participantes

Trezentos e sessenta e três indivíduos adultos responderam à pesquisa, com maior concentração de participantes nas faixas etárias entre 21 e 28 anos (35%) e entre 28 e 35 anos (27%), sendo 63% do sexo feminino, de todas as regiões brasileiras, com predomínio da Região Sudeste (65,8%). Ver Tabela 1.

Variável	Total	Homens	Mulheres
	n=363	134 (37%)	229 (63%)
Faixa Etária			
Entre 18 e 20 anos	29 (7,9%)	13 (3,5%)	16 (4,4%)
Entre 21 e 28 anos	127 (35%)	48 (13,2%)	79 (21,8%)
Entre 29 e 35 anos	98 (27%)	36 (9,9 %)	62 (17,1%)
Entre 36 e 42 anos	68 (18,7%)	16 (4,4%)	52 (14,3%)
Entre 43 e 49 anos	18 (4,9%)	7 (1,9 %)	11 (3%)
Entre 50 e 56 anos	14 (3,8%)	6 (1,6 %)	8 (2,2 %)
Entre 57 e 62 anos	7 (1,9%)	6 (1,6%)	1 (0,3%)
Entre 63 e 70 anos	2 (0,5%)	2 (0,5%)	0 (0,0%)
Estado civil			
Solteiro	205 (56,5%)	83 (22,8%)	122 (33,6%)
Casado	144 (39,6%)	49 (13,5%)	95 (26,1%)
Divorciado	13 (3,5%)	2 (0,5%)	11 (3%)
Viúvo	1 (0,3%)	0 (0,0%)	1 (0,3%)
Crença Religiosa			
Não	115 (31,6%)	54 (14,8%)	61 (16,8%)
Sim	248 (68,3%)	80 (22 %)	168 (46,3%)
Religião			
Católico	73 (20,1%)	14 (3,8%)	59 (16,3%)
Evangélico	54 (14,8%)	19 (5,2%)	35 (9,6%)
Espírita	66 (18,1%)	25 (6,8%)	41 (11,3%)
Outra	14 (3,8%)	7 (1,9%)	7 (1,9%)
Não definiu/ não declarou	30 (8,2%)	9 (2,4%)	21 (5,8%)
Sem religião (acredita em Deus ou algo superior)	11 (3%)	6 (1,6%)	5 (1,4%)
Escolaridade			
Ensino Fundamental (completo)	2 (0,5%)	2 (0,5%)	0 (0,0%)
Ensino Médio (completo)	79 (21,7%)	35 (9,6%)	44 (12,1%)
Ensino Superior (completo)	157 (43,2%)	59 (16,2%)	98 (27%)
Pós-Graduação	125 (34,4%)	38 (10,4%)	87 (24%)

Tabela 1. Características Sociodemográficas dos Participantes

Instrumento e procedimentos de coleta dos dados

A Entrevista sobre Reflexividade Moral (ERM) foi elaborada pelos pesquisadores, com o objetivo de induzir a reflexividade e a metarreflexividade acerca das ações morais dos participantes. A ERM é composta por cinco questões: duas do tipo fechada (p.ex., “Você costuma pensar em suas ações morais?”) e três do tipo aberta (p.ex., “Quando pensa sobre suas ações morais, quais aspectos lhe vêm à mente?”), focalizando em como o participante costuma pensar em suas ações morais; com qual frequência; se há relação entre pensar nas ações e na frequência com que acontecem; quais aspectos lhe vêm à mente ao pensar nas suas ações morais; se pensar nas ações morais dificulta ou facilita o entendimento sobre essas ações.

Os participantes foram recrutados da população geral através do método de amostragem bola de neve. A amostra foi contatada por intermédio de mensagem padronizada enviada aos endereços eletrônicos registrados na lista de contatos da pesquisadora, seguindo os critérios de inclusão: nacionalidade (brasileiro) e idade (maiores de 18 anos). Aos participantes foi solicitado que divulgassem o link da pesquisa para suas próprias redes de contato, e assim sucessivamente.

A entrevista foi apresentada em formato de formulário virtual e preenchida de forma anônima, voluntária, sem remuneração e mediante aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ao fim do preenchimento era necessário preencher algumas questões sociodemográficas e clicar no ícone ‘submeter’ para que a entrevista fosse enviada e computada para o estudo. Antes de sua execução, a pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Protocolo número 29690314.3.0000.5542)

Procedimento de análise/síntese dos dados

O método fenomenológico-semiótico consiste no emprego sistemático de três etapas sinérgicas, isto é, cada uma das etapas contém as outras duas, e subsequentes, denominadas descrição, redução e interpretação (Gomes, 2007). A descrição fenomenológica é a primeira etapa, que consiste em descrever o fenômeno tal qual experienciado, sem buscar explicar ou justificar a experiência relatada pelo participante. No segundo passo, a redução fenomenológica, investiga-se o material descrito, com o objetivo de definir o objeto, suas partes, bem como diferenciar o que é essencial do que não é, desvelando a estrutura do fenômeno experienciado. Na etapa final, da interpretação fenomenológica, intenciona-se compreender a relação entre o todo e as partes, numa busca por desvelar o sentido da estrutura, ou a essência da experiência do fenômeno.

A abordagem qualitativa e fenomenológica, usualmente associada a estudos de reduzido tamanho amostral (ver, por exemplo, Siqueira, Pelegrin, Gomez, Silva & Souza, 2015) ou até mesmo do tipo estudo de caso (conferir Brito et al., 2017), foi empregada neste estudo para a análise de um grande corpo de dados, entendendo que quantidades podem ser importantes na definição de uma adequada estratégia de amostra-

gem na pesquisa qualitativa (Sandelowski, 1995). Em termos metodológicos, isso significou primeiramente compilar o volume das respostas por meio de um critério de semelhança. Mediante leitura cuidadosa das respostas organizadas por semelhança, foram levantados os temas de cada compilação, seguindo os critérios da descrição fenomenológica, deixando os temas emergirem das próprias respostas dos participantes, e suspendendo os pressupostos dos pesquisadores que pudessem influenciar a percepção da experiência descrita. Adiante, buscou-se determinar a estrutura que perpassava e aglutinava os temas, processo esse denominado redução fenomenológica, que ocorre em duas dimensões, a eidética e a transcendental. No primeiro caso, trata-se de uma redução de tudo que foi expresso pelos participantes em forma de linguagem às unidades de sentido que organizam o fenômeno como um todo perceptivo. No segundo caso, trata-se de uma análise redutiva que contrasta tal organização em unidades de sentido com outras percepções do mesmo fenômeno e o contextualiza, colocando em perspectiva. Posteriormente, articulou-se a descrição e a redução em busca do sentido entre os temas e sua estrutura, na etapa da interpretação fenomenológica.

A grande quantidade de dados gerados demandou uma adequação na apresentação dos resultados. Dessa forma, descrição e redução fenomenológicas são apresentadas em conjunto, formando um todo figura-fundo, no qual os temas e as frases revelatórias (trechos das entrevistas) compõem uma descrição, inseridos nos aspectos apontados pela redução. No presente estudo, a descrição e a redução apresentam os resultados, ao passo que a interpretação fenomenológica apresenta a discussão dos achados com base na literatura científica da área.

Resultados*Descrição e redução fenomenológicas*

A percepção dos adultos sobre suas próprias ações morais revelou um contexto temático expresso em 18 diferentes qualidades (descrição fenomenológica): 1) respostas rápidas, 2) sentimento e moralidade, 3) colocar-se no lugar do outro, 4) discernimento, 5) decisão, 6) controlar impulsos, 7) ação consciente, 8) expectativas externas, 9) mal-estar moral, 10) impostura, 11) conveniência da ação, 12) desvantagens do agir moral, 13) o eu como medida do outro, 14) autoaprimoramento, 15) responsabilidade pessoal, 16) evolução moral, 17) dialogar sobre a moral, 18) o papel da reflexividade.

Tais qualidades ou temas sugerem uma estrutura para a reflexividade moral apoiada em quatro aspectos (redução fenomenológica): A) processos de mediação e modulação das ações morais, B) caracterização da agência, C) dilemas entre padrões pessoais e sociais de ação e D) sentidos pessoais atribuídos ao agir moral. A seguir são apresentados os quatro aspectos definidos na redução fenomenológica, vinculados aos temas revelados na descrição fenomenológica.

A) Processos de mediação e modulação das ações morais: os temas que se agruparam na qualidade de processos de mediação e modulação envol-

vidos nas ações morais foram (1) respostas rápidas, (2) emoções morais, (3) discernimento, (4) colocar-se no lugar do outro, (5) decisão e (6) controlar impulsos, descritos a seguir.

A1) Respostas rápidas - este tema abrange as percepções das ações morais na qualidade de hábitos enraizados, internalizados, como um senso pessoal, disparados sempre que há uma necessidade e motivados por consideração ou por sentimentos benevolentes. O pensamento é facultativo e posterior à ação.

Acho que as situações do dia a dia exigem das pessoas repostas rápidas, não dá pra pensar muito (...) Então, se a pessoa faz o que acredita, não justifica pensar muito sobre. (P197-M- 18-20 anos).

(...) no momento não há tempo para parar e pensar. A reação deve ser imediata. (P32- F- 21-28 anos).

Ao meu ver, proceder de maneira justa e respeitosa é uma ação frequente (talvez um hábito? Algo internalizado?) e não algo que se pensa, analisa e depois se faça. (P260- F- 21-28 anos)..

A2) Emoções morais - tema que abrange as percepções da ação moral como associada tanto a sentimentos positivos de felicidade, conforto, satisfação e bem-estar pela prática moral quanto a sentimentos negativos como culpa, mágoa, vergonha e outros tipos de desconforto físico por algo que se fez, quando a ação fere os próprios princípios.

Fazer o bem faz sentir-me bem. (P57- F- 21-28 anos).

Saber que não é a causa de sofrimento para os outros e muito menos para você mesmo (...) me faz repetir a sensação de bem-estar, de alegria e felicidade. (P178- F- 50-56 anos). O bem-estar do outro é o meu próprio bem-estar. (P261- F- 36-42 anos).

[Sinto] culpa. Penso que deveria ter suportado as consequências de ser honesta. (P346- F- 29-35 anos).

Faz com que eu me sinta desconfortável, caso não faça da forma correta. (P91- F- 36-42 anos).

A3) Colocar-se no lugar do outro - o tema abrange as percepções da ação moral como disposição para avaliar uma ação a partir da perspectiva do outro. Está vinculado a um objetivo de causar o mínimo de danos possíveis aos envolvidos, por meio de compreender as diferenças, o ponto de vista, a condição e o sentimento do outro. Considera as consequências que a ação pode produzir para o outro.

O principal aspecto que sempre levo em consideração quando vou tomar qualquer atitude é se o reflexo delas pode causar algum dano físico ou emocional a alguém e principalmente sempre me coloco no lugar do outro para

ter total certeza sobre as consequências que minhas atitudes podem causar. (P361- M- 29-35 anos).

Me vem em mente que se cada um se colocasse no lugar do próximo (...) o mundo seria um lugar muito melhor. (P170- F- 18-20 anos).

A4) Discernimento - tema que revela uma percepção da ação moral como capacidade de examinar e diferenciar entre o certo e o errado, o que se deve ou não se deve fazer, o que é humano e desumano, o que é moral e imoral, num dado contexto. Engloba ainda os parâmetros pessoais utilizados na avaliação das diferenças e a convicção da ação apropriada à situação.

Capacidade de discernimento entre o que é humano e desumano frente a uma situação. (P259- F- 21-28 anos).

Pensar sobre elas [ações morais] me dá convicção para agir ou parâmetro para avaliar caso a caso. (P223- F- 21-28anos).

A5) Decisão - o tema abrange as percepções da ação moral como tomada de decisão diante de situações específicas, que envolvem algum grau de conflito e desconforto. Trata da necessidade de adotar um posicionamento mediante decisão consciente. O posicionamento é visto como uma busca para melhorar a satisfação com a realidade por meio de um esforço na vontade. Acredita-se que ao assumir uma posição própria diante da situação, é possível se perceber e possibilitar que o outro faça o mesmo.

Ações feitas após reflexão e tomada de decisão consciente. Penso sobre a necessidade de posicionamento. (P13-F- 36-42 anos).

Assumir uma posição nas situações em que se está inserido, (...) dar o direito ao outro de saber o que e como eu me sinto perante uma situação. Acredito que tudo evolui somente se soubermos em que ponto estamos. Quando digo de mim, permito que você diga de você. (P29- F- 43-49 anos).

Tomar decisões ou me esforçar para fazer algo, mesmo que não seja minha primeira vontade. (P80- M- 21-28 anos).

A6) Controlar impulsos - o tema destaca uma percepção da ação moral como possível avaliação que antecede a ação com a finalidade de agir de forma mais humana, consciente, de acordo com o que é necessário, sem se deixar levar por um impulso. Inclui a reflexão sobre pensamentos e atos já realizados e o entendimento que pode surgir dessa reflexão.

[Pensar] ajuda a me entender melhor e tentar controlar mais as ações impulsivas. (P19-F-29-35 anos).

Não posso simplesmente fazer o que quero e penso. (...) Querer é uma coisa, executar e poder executar é outra. (P183- M- 29-35 anos).

Redução fenomenológica

Os temas acima foram agrupados por tratarem de processos de mediação e modulação das ações morais. A mediação de ações abrange tanto processos implícitos (internalizados, intuitivos ou pré-reflexivos) quanto processos explícitos (reflexivos). Isso implica uma percepção de que o pensamento consciente pode não ser necessário para se realizar uma ação moral. A ação moral pode ser resultado de algo internalizado, como um hábito, ou mesmo ser disparada por um sentimento de consideração por alguém. Em contrapartida, pode ser o resultado de uma convicção construída mediante um processo de discernir o que deve ou não ser feito em uma dada situação, em que é possível colocar-se no lugar do outro, analisando a ação pretendida ou realizada, e visualizando suas consequências.

A decisão e o controle de impulsos fazem parte dos processos de mediação explícitos, que requerem uma avaliação e deliberação consciente, em que a decisão tem como objetivo aumentar o grau de satisfação com a realidade na qual se está inserido, por meio do posicionamento pessoal perante o outro ou perante uma situação. O controle de impulsos, por sua vez, é entendido como fruto de uma reflexão anterior ou posterior à ação, que tem como objetivo não se deixar levar por impulsos numa situação atual ou futura. Além disso, a ação moral é vista como sendo modulada por processos qualitativos, como sentimentos e sensações, agradáveis ou desagradáveis, já experienciados, antes ou após a realização de uma ação.

B) Caracterização da agência: a agência abrange os temas (7) ação consciente e (8) expectativas externas, descritos a seguir.

B7) Ação consciente - o tema abrange as percepções da ação moral como ações tomadas com base em valores e crenças individuais e subjetivas. Tais valores aparecem relacionados à aprovação pessoal pela ação praticada. A própria consciência é definida como um limite para agir, sobrepondo-se ao limite dado pelas normas e expectativas sociais.

Nem sempre estou de acordo com as normas estabelecidas pela sociedade, logo, ajo de acordo com a minha consciência. (P277- M- 29-35 anos).

Estar de bem com o travesseiro não tem preço. (P231- M- 63-70 anos).

B8) Expectativas externas - o tema abrange as percepções da ação moral como ações motivadas pelo olhar do outro, especialmente o olhar das pessoas por quem os indivíduos foram instruídos e criados, das pessoas significativas com quem se relacionaram na vida, e também das normas provenientes da sociedade, das religiões e de Deus, incluindo suas respectivas expectativas sobre como um indivíduo deve agir. As expectativas externas também estão relacionadas ao sentimento de dever e à obrigação que advém daquilo que se espera do indivíduo. Tais expectativas podem estar relacionadas a sentimentos negativos, como medo e mal-estar subjetivo.

Todo o peso da criação: não faça isso, não faça aquilo (...) faz a consciência ficar pesada por nem sempre agir da forma correta. (P274- F- 36-42 anos).

Ações pautadas num referencial externo à própria experiência. (P70- M- 36-42 anos).

[Penso na] religião. Medo do julgamento alheio. Aceitação social e familiar. (P108- F- 29-35 anos).

[Penso em meu] temor e reverência a Deus. (P299- M- 18-20 anos).

Redução fenomenológica

De acordo com os temas descritos na caracterização da agência, uma ação moral tanto pode ser determinada por parâmetros pessoais internos quanto pode ser uma obrigação devida a pessoas ou normas, ditadas tanto pelo grupo social quanto pela religião.

C) Dilemas entre padrões pessoais e sociais de ação: os temas que compõem os “dilemas entre padrões pessoais e sociais de ação” são (9) mal-estar moral, (10) impostura, (11) desvantagens do agir moral, (12) conveniência da ação e (13) o eu como medida do outro, descritos a seguir.

C9) Mal-estar moral - o tema abrange as percepções sobre como as contradições entre padrões sociais e crenças pessoais provocam mal-estar, sentido na forma de ansiedade, culpa, indignação e melancolia. O mal-estar se traduz em queixas, em que participantes confrontam assuntos ligados a família, sexualidade, aborto, drogas e religião. A avaliação das contradições entre padrões sociais e crenças sociais é acompanhada da sugestão de intervenção, por meio da implementação de medidas regulatórias em prol de garantir a laicidade do Estado e uma reorientação social da moral para legitimar práticas que geram conflitos e sofrimento por não serem aceitas.

O problema com relação à moral é que (...) alguns padrões aceitáveis socialmente prejudicam processos e avanços importantes para a humanidade, ou mesmo representam propostas infundadas, distantes da condição humana. (...) Simplesmente adotamos [os padrões socialmente aceitos] e muitas vezes sofremos num espaço privado sigiloso, com medo de represálias ou por falta de disposição de (re)pensar o que está posto. (P264- M- 21-28 anos. Casado).

O Estado é laico. A defesa pela igualdade de gênero, raça, sexual, liberdade para escolher ter ou não uma religião (...) Agir de acordo com o que acredita, mas não podendo tirar esse mesmo privilégio do próximo. (P201- F- 21-28 anos).

Às vezes me levanta (sic) algumas dúvidas sobre se eu acho errado mesmo alguma atitude ou se é errado porque é a norma. (P191- F- 57-62 anos).

Não levo a moral como norteador de conduta. Os aspectos morais são desnecessários e mutáveis. (P171- M- 21-28 anos).

C10) Impostura - o tema abrange as percepções da ação moral com base na reflexão sobre as próprias imperfeições, contradições, hipocrisias, convicções cegas, e a respeito da falta de compromisso com a sociedade, com as pessoas e até com a própria palavra. Acompanha o entendimento de que a transformação dessas imposturas implica não acobertar nem se omitir diante de erros pessoais, familiares ou coletivos, bem como a necessidade de manter a mesma exigência com os outros e consigo, não julgar de forma parcial e sempre questionar as próprias convicções.

Cada vez que reflito sobre aspectos de minhas ações morais, mais percebo hipocrisia em mim e na sociedade INTEIRA, e não é fácil mudar. (grifo do participante - P04- M- 18-20 anos).

Agir com retidão, no sentido de não adotar duas medidas para o mesmo peso. (P277- M- 29-35 anos).

C11) Desvantagens do agir moral - o tema abrange a repercussão que uma ação moral pode trazer a quem não se submete a práticas não provenientes de uma ordem moral, mas que são instituídas socialmente ou amplamente disseminadas. De acordo com esse tema, embora possa trazer prejuízos, não se deve deixar induzir por práticas alheias, mas agir de acordo com o que se entende ser moral, expondo aquilo que se pensa, mesmo que seja contrário à maioria, que desagrada a pessoas próximas, que resulte em ser discriminado, excluído ou prejudique a própria reputação.

Já tive todo tipo de prejuízo [por agir de forma moral], como perda de emprego e afastamento de pessoas próximas. (P13- F- 36-42 anos). Não ter medo de expor sua opinião, mesmo que seja contrária a da maioria, pois não necessariamente a opinião da maioria é a mais correta/moral. (P04- M- 18-20 anos).

Fazer o que é certo, mesmo que se prejudique pessoalmente com isso. Não se omitir diante de erros (...) não obedecer à chefia quando ações são imorais. (P122- F- 50-56 anos).

C12) Conveniência da ação - o tema abrange as percepções da ação moral relacionadas à motivação para o agir moral. A motivação pode estar relacionada à necessidade de aceitação social ou de obtenção de vantagens sociais. É questionado o equilíbrio entre o que se dá e o que se recebe, com ênfase nos possíveis prejuízos envolvidos, bem como a necessidade de ser recompensado pelo que foi feito.

Por que eu estou fazendo isso? É por mim ou para agradar a alguém? (...) Ou não, eu estou fazendo isso porque minha natureza é assim? (P281- F- 21-28 anos).

Como faço para auxiliar o outro sem me prejudicar? Será que estou dando mais do que recebendo? Como conseguir fazer o bem sem pensar em recompensas? (P60- F- 29-35 anos).

C13) O eu como medida do outro - o tema abrange uma percepção da ação moral perpassada pela estratégia de imaginar para o outro aquilo que gostaria para si. Isto é, expectativas e sentimentos pessoais são definidos como equivalentes às expectativas e sentimentos do outro e utilizados como referência para a ação moral. Tal referência implica a comparação de si com os outros e a expectativa de ser exemplo para os outros.

Realizar ações que gostaria que realizassem comigo. (...) Ajuda a construir e desconstruir ideias sobre determinadas ações e nos faz crescer enquanto indivíduo. (P251- M- 21-28 anos.)

Facilita pensar em como minhas ações podem ajudar ao meu próximo a agir do mesmo modo (P218- M- 29-35 anos).

[Penso na] minha conduta e no reconhecimento de todos. (P284- F- 21-28 anos).

[Penso] que eu poderia estar na mesma situação, mesmo sendo um pensamento egoísta. (P216- F- 43-49 anos).

Redução fenomenológica

Depreende-se dos temas acima descritos que as ações morais estabelecem íntima relação com o meio social. Contudo, essa relação nem sempre se dá de forma consonante. Imposturas e imperfeições detectadas em si próprio podem refletir no âmbito social, ao mesmo tempo em que contradições sociais repercutem na esfera íntima. Por um lado, algumas convicções pessoais são capazes de motivar ações morais, mesmo que sejam indesejáveis em determinados contextos sociais e representem risco de prejuízos para o agente. Em contrapartida, há ações morais reconhecidas e praticadas para obtenção de vantagens pessoais futuras.

Na esfera privada, as contradições manifestam-se quando o agente se vê como parâmetro para a expectativa do resultado que uma ação moral deve gerar, o que nem sempre é correspondido pelo beneficiário da ação. Em se tratando da esfera pública, delineiam-se expectativas e reivindicações pessoais criadas em torno de polêmicas morais (ações que se deseja legitimar), mas o fato de não serem socialmente aceitas como morais faz com que se tornem geradoras de mal-estar.

D) Sentidos pessoais atribuídos ao agir moral: os temas que compõem os “sentidos atribuídos ao agir moral” são (14) autoaprimoramento, (15) responsabilidade pessoal, (16) evolução moral, (17) dialogar sobre a moral e (18) o papel da reflexividade, descritos a seguir.

D14) Autoaprimoramento - o tema abrange as percepções da ação moral a partir de uma avaliação da importância da prática moral e da necessidade de autoaprimoramento. Estão implicados nessa avaliação a coerência entre o que se diz e o que se vive, o quanto ainda é preciso amadurecer e compreender para agir de forma correta e justa, e a necessidade de cumprir com os deveres morais. O autoaprimoramento aparece relacionado a uma escala de valores, desde o âmbito mais local, como

a necessidade de fazer o bem para si e para os que estão ao redor, em vista do caráter passageiro da vida, até o mais abrangente, como a necessidade de se alcançar a paz e fazer uma diferença no mundo.

Ser alguém melhor para o meu próprio bem e para o bem das pessoas que me cercam. (P198- M- 18-20 anos).

Autoaprimoramento. Melhor a cada vez que faço o que é correto. (...) pensar nesses aspectos só reforça o sentimento de que devo continuar nesse caminho. (P358- M- 50-56 anos). [Quando penso em minhas ações morais] me vem à mente que essas ações nos levarão à paz. (P252- F- 21-28 anos).

D15) Responsabilidade pessoal - o tema abrange a percepção do pensar sobre a própria ação moral como um exercício de responsabilidade, a partir do qual se verifica se as ações são necessárias, construtivas e compreensivas com o ser humano, independente de como o outro se veste, que cargo ocupa ou do que necessita. Tal atitude de responsabilidade pessoal aparece relacionada ao pressuposto de que todos têm sempre uma razão independente de quem seja ou de que lado se esteja, de que errar é humano, e persistir no erro também o é, mas de que sempre há uma forma de aprender e de conviver bem.

Meu comportamento não depende do comportamento do outro em relação a mim. Minha responsabilidade de ser justa, generosa, fazer o bem, ser respeitosa não depende de se o outro vai fazer isso por mim também. (P01- F- 29-35 anos).

Respeitar, sempre pensando que seja qual lado for, alguém sempre tem uma razão. Depende do olhar e da ótica que estou interpretando o fato. (P347- F- 29-35 anos).

D16) Evolução moral - o tema abrange a percepção da ação moral como um processo em construção contínua. Tal processo está associado à infinidade do que há para conhecer, ao desenvolvimento e à evolução humana e social como uma via para conhecer a si e construir-se moralmente por intermédio da autoconsciência. Tal fim pode ser alcançado por meio de um olhar crítico para si mesmo, em busca de esclarecimento e modificações em si. O desenvolvimento moral aparece relacionado a crenças, tais como a ideia de que precisamos uns dos outros, e de que há sempre um retorno para si daquilo que se faz ao outro.

O conhecimento é infinito, não sabemos nada. Temos muito o que evoluir ainda. (P350- M- 21-28 anos).

Estamos sempre em um processo evolutivo (moralmente em construção) e que no final sempre queremos crescer (para melhor). (P113- F- 21-28 anos).

Não existe um sentido absoluto para a vida, a única certeza é que temos a chance de fazer

o melhor da vida daqueles que nos cercam, e por consequência, da nossa. (P259- F- 21-28 anos).

O que faço aos outros será feito comigo. (P319- F- 43-49 anos).

O Ser Humano precisa fazer autoanálise diariamente, rever suas atitudes. Somente assim poderá progredir. Deve buscar sua transformação moral, buscar ser melhor hoje do que foi ontem, fazer esforços para dominar suas inclinações más. (P236- M- 50-56 anos).

D17) Dialogar sobre a moral - o tema abrange as percepções da moral como uma construção a partir de conversas e do uso de argumentos, pelos quais é possível conciliar a existência de diferenças na forma de pensar a respeito da moral humana. O diálogo é visto como um meio de avaliar padrões e funcionamentos sociais, interações, de resolver conflitos, sendo considerado imprescindível na instrução de filhos e menores. Dialogar sobre a moral implica respeitar e garantir o direito a opiniões contrárias, sem imposições e sem interferência. As diferentes áreas do conhecimento humano contribuiriam para a construção desses diálogos e de possíveis entendimentos perante a diversidade.

Apenas por meio de discussões internas e externas podemos chegar a conclusões, reflexões e reconstruções quanto a padrões sociais que podem ou não estar funcionando, causando sofrimento, oprimindo... (P10-M-21-28 anos).

Mostrar as diferentes opiniões a seus filhos, mesmo as contrárias a sua, pois imposição de caráter é fascismo moral. (...) Para que a criança forme seu caráter/ opinião sozinha. (P04- M- 18-20 anos)

Todo o tipo de argumentação, de todas as áreas do conhecimento são levadas em consideração (sic). Busco sempre entrar em discussões com outras pessoas, especialmente as que podem me desafiar. (P363- F- 21-28 anos).

D18) O papel da reflexividade - o tema abrange as percepções da ação moral que enfatizam o papel da reflexividade consciente no entendimento sobre o que deve ser feito, o que deve ser revisto e corrigido. A reflexividade consciente é vista como positiva, uma vez que pode produzir clareza, fortalecer escolhas, conferir significado, reduzir danos e prejuízos, proporcionar reconhecimento de falhas e produzir arrependimento. Em contrapartida, há também uma avaliação dos limites da reflexividade para produzir ou aumentar a frequência de ações morais, por se tratar de um processo de alta complexidade que envolve muitas variáveis para serem avaliadas em conjunto. Nesse sentido, a reflexividade teria um aspecto negativo, relacionado à produção de mais dúvidas e de uma cadeia de reflexões que não necessariamente se convertem em ações.

No início pode parecer confuso e sem saída, contudo, com calma e perseverança (...) é possível chegar a um lugar de paz e esclareci-

mento que vem trazer cada vez mais luz para minha consciência. (P287- F- 21-28 anos)
[Pensar em minhas ações] facilita [chegar a um entendimento] e ainda, traz algum sofrimento. (P253- F- 36-42 anos)
Se não refletirmos sobre elas [nossas ações] incorremos no risco de agir de acordo com o que está a nossa volta. (P334- F- 50-56 anos)

Redução fenomenológica

O sentido atribuído ao agir moral aparece relacionado à importância de se desenvolver atributos morais, à responsabilidade pessoal e intransferível pelas próprias ações, à infinidade do que é possível conhecer por meio da reflexão e do diálogo, como uma ferramenta de construção e desconstrução de compreensões morais. Pensar sobre as próprias ações morais pode ser uma via dupla, que por um lado pode exercer uma influência direta nas próprias ações, e por outro pode se mostrar insuficiente para se converter em ações.

Discussão

Este estudo teve como objetivo descrever a relação entre reflexividade e ações morais na percepção de uma amostra de adultos brasileiros. A etapa da descrição dos temas trazidos nas entrevistas foi seguida pela etapa da redução fenomenológica em que se buscou definir a estrutura da reflexividade moral, o que sugeriu que esse fenômeno psicológico tem como alicerces quatro aspectos principais: processos de mediação e modulação das ações morais; caracterização da agência; dilemas entre padrões pessoais e sociais de ação; e sentidos pessoais atribuídos ao agir moral. A etapa final da análise fenomenológico-semiótica, que compreende a interpretação, na qual os resultados são discutidos com base na literatura científica da área, será apresentada a seguir.

O primeiro aspecto em que o fenômeno da reflexividade moral se alicerça evidenciou processos ou operações mentais que medeiam as ações morais, na qualidade de uma resposta a um estímulo social. O pensamento consciente foi apontado pelos participantes como dispensável para uma ação moral, evidenciando que a mediação cognitiva pode acontecer abaixo da linha da consciência, o que vai ao encontro da teoria do processamento da informação social (Adolphs, 2010) e do modelo sociointuicionista da moral (Haidt, 2013). No entanto, as ações morais também podem ser o resultado de processos de discernimento, de decisão, de uma previsão de consequências por meio de colocar-se no lugar do outro, e pelo controle de impulsos, o que destaca a importância da reflexividade para balizar ações que levem em consideração o bem-estar de outros, próximos ou distantes, conforme sugerem Narvaez (2010) e Frith (2012). Em contrapartida, os sentimentos como moduladores das ações morais, isto é, a experiência qualitativa que compreende sentimentos e sensações, descrita tanto como disparadora de ações morais, quanto sendo desencadeada por elas, ilustram justamente o modelo de consciência

emocional descrito por Thagard e Aubie (2008), segundo o qual a valência das emoções se relaciona com o quanto se está conseguindo satisfazer os objetivos pessoais, o que faz com que as emoções funcionem tanto como motivação para ações quanto seja o resultado delas.

O segundo aspecto levantado pela reflexividade moral, que caracteriza a agência, revelou uma percepção da ação moral como determinada ou por parâmetros pessoais, ou por uma obrigação devida a pessoas ou normas. A diferença entre uma e outra perspectiva parece estar relacionada à percepção que o indivíduo tem acerca do controle subjetivo da ação, ou locus de controle da ação. Isto é, um senso internalizado de moralidade resulta do entendimento de que se é detentor da organização e do controle das próprias ações e de suas consequências, gerando auto-comprometimento moral e responsabilidade pelo que se faz (Narvaez, 2010). Em contrapartida, um senso de moral baseado em regras e naquilo que se espera do indivíduo (externo) desloca o controle para além do indivíduo, podendo dar origem a dissonâncias intra e interpessoais. Portanto, esse achado sugere que, na percepção dos participantes deste estudo, é possível que uma agência moral consonante seja aquela em que há um locus de controle interno em relação às ações, visto que há uma pronta aceitação sobre a responsabilidade daquilo que foi praticado. Achados empíricos sugerem que o locus de controle interno sobre as ações esteja positivamente relacionado com resistência a influências e comportamento moralmente relevantes, com atividades cognitivas como assimilação de informação e atenção, com comportamentos de enfrentamento ao estresse (coping), entre outros (Lefcourt, 2014). Outros aspectos sobre o tema da agência são retomados em sequência.

O terceiro aspecto da reflexividade moral revelou dilemas entre padrões pessoais e sociais de ação. Incluem-se aí tanto casos em que uma ação pessoal fere padrões sociais de moral, quanto padrões sociais que ferem o que é considerado moralmente correto para um indivíduo. Em todos os casos, quando a ação não corresponde às expectativas sociais, é possível que resulte em dilemas para o *self*. De fato, de acordo com a teoria da dissonância cognitiva de Leon Festinger (Harmon-Jones, Harmon-Jones & Levy, 2015), a incoerência entre um comportamento manifesto e aquilo em que se acredita de forma privada é tão desconfortável, que para justificar para si mesmo o que foi feito, é preferível modificar aquilo em que se acreditava anteriormente e concordar com a atitude tomada. No contexto de avaliação moral, a dissonância estaria ligada à forma como as pessoas acessam o significado de seus comportamentos, a depender dos padrões e atributos que elas usam para avaliar as ações praticadas (Stone & Cooper, 2001).

Os achados sobre os dilemas entre padrões pessoais e sociais de ação sugerem adicionalmente que a reflexividade pode ser utilizada para justificar e reduzir uma dissonância, e portanto legitimar um comportamento, alterando padrões morais do

self para adequá-lo a tais práticas ou hábitos. Tal resultado se correlaciona-se com o achado de Freiman (2010) de que o comportamento imoral não está apenas relacionado ao agir motivado por autointeresse, mas também ao servilismo. O servilismo (que pode ser entendido na qualidade de um locus de controle externo) é entendido como uma das razões da transgressão moral, uma vez que o comportamento servil origina dissonâncias cognitivas, capazes de reestruturar ou mesmo dissolver desejos e crenças relacionados aos próprios valores e concepções de si. Motivado por uma aversão ao desconforto de resistir à pressão social, o servilismo é entendido como uma estratégia para atender à necessidade básica de pertencimento e afiliação, na qual se age contra os interesses do próprio *self*. Isto é, fazer concessões para obedecer a uma autoridade ou para pertencer a um grupo pode aumentar a suscetibilidade a novas concessões, o que pode resultar numa escalada gradual na severidade de atos imorais (Freiman, 2010). Na mesma direção desses achados, Barkan, Ayal, Gino e Ariely (2012) sustentam que a auto-regulação moral da dissonância permite que se adicionem ou retirem padrões morais para balancear a dinâmica do autoconceito interno, em razão do entrelaçamento existente entre o *self* público e o privado. Dessa forma, relaxar os critérios morais e se distanciar dos próprios erros pode ser uma forma de proteger e recuperar o *self* quando este se encontra em processo de dissonância. No entanto, a forma com que os indivíduos monitoram seus padrões sociais adequados, está na essência do que faz uma pessoa ser quem é (Strohminger & Nichols, 2014).

Em suma, tomados em conjunto, os dados parecem sugerir que, embora existam mecanismos para proteger o *self*, o servilismo implica riscos para transgressões morais sucessivas. O que levanta a questão sobre até que ponto é possível transgredir sucessivamente e ter a capacidade de reconhecer, a qualquer tempo, a transgressão como tal, e portanto repará-la, visto que o *self* possui mecanismos que o protegem, mas que ao mesmo tempo podem corrompê-lo em relação ao que era. Todavia, também faz parte disso a percepção dos participantes - a possibilidade de se agir moralmente, independente da pressão social para ceder a práticas ou regras que não sejam morais, o que parece tratar-se daquilo que Piaget nomeou como o desenvolvimento de uma autonomia moral (de Queiroz, Ortega & de Queiroz, 2016).

Com relação aos sentidos pessoais atribuídos ao agir moral, o quarto aspecto apontado na redução fenomenológica, a deontologia da opinião de Cătieanu (2013) permite uma explicação a respeito das diferentes visões e opiniões sobre a reflexividade moral, com base no convencimento subjetivo dos sentidos atribuídos ao agir moral. O tema “evolução moral”, com argumentos tais como “Estamos sempre em um processo evolutivo (moralmente em construção)” (P113- F- 21-28 anos), pertenceria a um nível ontológico ou metafísico, uma vez que se refere a atributos morais como inerentes aos entes humanos e que podem ser aperfeiçoados. Neste

caso, a reflexividade moral é percebida como parte da condição humana, excluindo-se que seja uma ilusão (Cătieanu, 2013).

Os argumentos que compreendem o agir de forma moral como parte de um aperfeiçoamento pessoal, tais como “Preciso ser melhor para o meu próprio bem e das pessoas que me cercam” (P198- M- 18-20 anos), por sua vez, enquadram-se nos níveis lógico ou epistêmico, e também no nível psicológico. Ao passo que o nível epistêmico se relaciona aos conteúdos cognitivos e avaliativos acerca da importância das ações morais, o nível psicológico explica a expressão de convicções e crenças pessoais ou coletivas que remetem às motivações para o agir moral (Cătieanu, 2013). Em contrapartida, os argumentos que ressaltam a responsabilidade pessoal e intransferível pelas próprias ações (Cătieanu, 2013), como por exemplo, “Meu comportamento não depende do comportamento do outro em relação a mim. Minha responsabilidade de ser justa, generosa, fazer o bem, ser respeitosa não depende de se o outro vai fazer isso por mim tb (sic)” (P01- F- 29-35 anos), compreendem o nível axiológico. Já os argumentos de que o diálogo é a solução para questões morais, e também uma ferramenta de construção e desconstrução coletiva de compreensões morais com potencial de gerar entendimento entre indivíduos e grupos, respectivamente, tais como “Apenas por meio de discussões internas e externas podemos chegar a conclusões quanto a padrões sociais que podem ou não estar funcionando, causando sofrimento, oprimindo” (P10-M-21-28 anos) podem ser classificados como pertencentes aos níveis praxeológico e sociológico (Cătieanu, 2013). Por fim, em relação ao tema do papel da reflexividade, a percepção dos participantes revelou que apesar de poder influenciar as ações, nem sempre a reflexividade se converte em ações. O exame das próprias ações, tanto antes quanto depois de agir, pode conferir a elas significado, proporcionar reconhecimento, arrependimento e clareza. Tais argumentos encontram correspondência no nível estilístico, que destaca que o uso dos signos deve ser regido pela coerência, clareza e concisão (Cătieanu, 2013). Em suma, o *self* (ou agente semiótico) quando não consegue produzir coerência e clareza nos sentidos atribuídos a suas ações morais, soa como um “tagarela”, o equivalente à pura retórica, sem oratória. Isso sugere que o agente semiótico precisa coincidir com o agente moral para alcançar uma *phronesis*¹ (Inwood, 2016).

A relação entre todos os aspectos da reflexividade moral na percepção dos adultos deste estudo sugere que a reflexividade moral remete ao terreno da inerência (Cătieanu, 2013), àquilo que é inerente a cada um, que não pode ser dissociado de si, e é característica primordial da condição humana. Tal relação encontra eco na definição de Strohminger e Nichols (2014) de que o *self*, esse tão grandioso mistério, não é senão a expressão da sensibilidade moral de cada um.

1 *Phronesis* ou sabedoria prática, na definição de Aristóteles, é aquilo

Conclusões

Este estudo demonstrou que mesmo pesquisas de expressivo tamanho amostral podem se beneficiar de um método de análise rigoroso, como o método fenomenológico-semiótico. A sucessão de etapas percorridas revelou a estrutura do fenômeno da reflexividade moral tendo, a todo tempo, a percepção dos participantes adultos brasileiros como substância angular, o que leva a crer que os objetivos se beneficiaram da metodologia adotada para serem alcançados. Estudos qualitativos com amostras expressivas que pudessem incluir um procedimento de análise por variáveis de interesse, tais como sexo, idade ou outra variável socio-demográfica representariam um avanço ao trabalho aqui iniciado. No entanto, para a análise qualitativa não perder sua especificidade, as comparações entre os grupos devem priorizar uma lógica qualitativa. Tal lógica pode guiar tanto um procedimento comunicacional, com foco nas relações entre os temas significativos levantados nos diferentes grupos, quanto um procedimento informacional, com foco nas distinções e semelhanças entre os grupos que um teste estatístico do tipo análise de correspondência indica, por exemplo.

O estudo aqui empreendido sugere que a reflexividade moral revela-se na qualidade de um fenômeno psicológico complexo, mediado por processos implícitos e explícitos e modulado pelos sentimentos, podendo ser regido por um controle interno ou externo. Sugere-se que a agência moral se relaciona a um lócus de controle interno da ação e que o lócus de controle externo (aquilo que se faz contra os próprios padrões morais, no intuito de ser aceito, obedecer ou pertencer) é uma possível fonte geradora de dissonâncias cognitivas, que podem resultar em riscos potenciais de transgressões morais. Ressalte-se também, que dilemas entre comportamentos e padrões morais são acompanhados de uma motivação para reduzi-los, o que pode se dar como desvantagem para os padrões morais, em prol de proteger o *self*.

O fenômeno da reflexividade moral demonstrou ser passível de análise sob todos os diferentes níveis deontológicos, que em conjunto parecem revelar o próprio *self*, ou a sensibilidade moral de cada indivíduo. Destacaram-se os níveis axiológico e psicológico, que avaliam se as ações são livres, responsáveis e coerentes, e os níveis praxeológico e sociológico, que em soma parecem essenciais a uma sabedoria moral prática, ou ao funcionamento moral maduro. Além disso, os diferentes aspectos da estrutura do fenômeno da reflexividade sobre a ação moral sugerem que a reflexividade pode exercer influência sobre as ações morais, mas principalmente que uma ação intencional é capaz de exercer influência sobre a reflexividade e sobre o próprio *self*, principalmente se essa possuir conteúdo moral (ou transgressor).

que faz com que o homem seja capaz de deliberar corretamente sobre o que é bom ou mau para si (Inwood, 2016).

Referências

- Adolphs, R. (2010). Conceptual challenges and directions for social neuroscience. *Neuron*, 65(6), 752-767.
- Barkan, R., Ayala, S., Gino, F., & Ariely, D. (2012). The pot calling the kettle black: distancing response to ethical dissonance. *Journal of Experimental Psychology: General*, 141(4), 757.
- Brito, R. F., Avelar, T. C. de, Caldas, M. T., Santos, L. F., Castro, F. P. dos S., & Prado, B. da C. (2017). A experiência da primeira sessão de hemodiálise: uma investigação fenomenológica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, XXIII(1), 3-9.
- Cătianu, T. (2013). A deontology of opinion. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 92, 150-157.
- DaSilveira, A., DeSouza, M. L., & Gomes, W. B. (2015). Self-consciousness concept and assessment in self-report measures. *Frontiers in Psychology*, 6(930), 1-11. doi: 10.3389/fpsyg.2015.00930
- Dunn, B. D., Galton, H. C., Morgan, R., Evans, D., Oliver, C., Meyer, et al. (2010). Listening to your heart. How interoception shapes emotion experience and intuitive decision making. *Psychological Science*. 21(12), 1835-1844. doi: 10.1177/0956797610389191
- Freiman, C. (2010). Why be immoral?. *Ethical Theory and Moral Practice*, 13(2), 191-205.
- Frith, C. D. (2012). The role of metacognition in human social interactions. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 367(1599), 2213-2223
- Gallagher, S. (2007). Moral agency, self-consciousness, and practical wisdom. *Journal of Consciousness Studies*, 14(5-6), 199-223.
- Gomes, W. B. (2007). Distinção entre procedimentos técnico e lógico na análise fenomenológica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, XIII(2), 228-240.
- Graham, J., Nosek, B. A., Haidt, J., Iyer, R., Koleva, S., & Ditto, P. H. (2011). [Mapping the moral domain](#). *Journal of Personality and Social Psychology*, 101, 366-385.
- Haidt, J. (2013). Moral psychology for the twenty-first century. *Journal of Moral Education*, 42(3), 281-297.
- Harmon-Jones, E., Harmon-Jones, C., & Levy, N. (2015). An action-based model of cognitive-dissonance processes. *Current Directions in Psychological Science*, 24(3), 184-189
- Inwood, B. (2016). A latter (and nonstandard) Aristotelian account for moral motivation. In I. Vasilioiu, (Ed.) *Moral motivation: a history* (pp 65-86). New York: Oxford University Press.
- Janzen, M. R., DeCastro, T. G. & Gomes, W. B. (2013). Ação Corporal e as Reversões entre Consciência e

Movimento: o Realismo Fenomenológico. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, XIX(1), 76-84.

Lanigan, R. (2013). Communicology and culturology: semiotic phenomenological method applied small group research. *The Public Journal of Semiotics*, 28, 71-103.

Lefcourt, H. M. (Ed.). (2014). *Locus of control: current trends in theory & research*. (2nd ed.). New York, NY: Psychology Press.

Narvaez, D. (2010). The emotional foundations of high moral intelligence. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 2010(129), 77-94.

de Queiroz, D. S., Ortega, A. C., & de Queiroz, S. S. (2016). Aspectos do desenvolvimento moral de crianças em situação de risco social. In *Association for Moral Education Conference Proceedings*, 41(1).

Rochat, P. (2013). Self-consciousness and the origins of an ethical stance. In: B. R. Kar (Ed.). *Cognition and Brain Development: Converging Evidence from Various Methodologies*, APA.

Sandelowski, M. (1995). Focus on Qualitative Methods: Sample Size in Qualitative Research. *Research in Nursing & Health*, 18, 179-183.

Siqueira, H. B. de O. M., Pelegrin, A. K. A. P., Gomez, R. R. F., Silva, T. de C. R. da, & Souza, F. A. E. F. (2015). Percepção de adolescentes com câncer: pesquisa fenomenológica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, XXI(1), 13-21.

Stone, J., & Cooper, J. (2001). A self-standards model of cognitive dissonance. *Journal of Experimental Social Psychology*, 37(3), 228-243.

Strohming, N., & Nichols, S. (2014). The essential moral self. *Cognition*, 131(1), 159-171.

Thagard, P., & Aubie, B. (2008). Emotional consciousness: a neural model of how cognitive appraisal and somatic perception interact to produce qualitative experience. *Consciousness and Cognition*, 17(3), 811-834.

VandenBos, G. (Org.) (2010). *Dicionário de psicologia da American Psychological Association*. Porto Alegre: Artmed.

Webber, S. (2011). Who Am I? Locating the neural correlate of the self. *Bioscience Horizons*, 2011, Vol. 4(2), pp.165-173.

Luana Vianez Moreira possui Graduação e Mestrado pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Mariane Lima de Souza possui Mestrado e Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora associada do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Endereço para correspondência: Luana Vianez Moreira (luanavianezm@gmail.com). Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Av. Fernando Ferrari, 512, 29075-910 Vitória ES

Recebido em 02.11.2017

Primeira Decisão Editorial em 24.01.2018

Aceito em 17.04.2018